

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
3440684220220405150010

Processo **0800975-31.2020.8.23.0047** ☆ - (560
dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 4847 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Prioridade: **PROCESSO AUTOINSPECIONADO - ANO 2021**

Selos:

Simplificar: <https://simplificar.tjrr.jus.br/fluxos-da-area-judicial>

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar
Movimentos
de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro
MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar
Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem
Arquivo

☐ Hab.
Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

85 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 85

500 por pág. ▼

1

Seq.

Data

Evento

Movimentado Por



85

05/04/2022 15:00:10

JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (10/03/2022)

JOÃO ALVES BARBOSA
FILHO
Procurador

85.1 Arquivo: Petição

Ass.: JOAO ALVES
BARBOSA FILHO



2755026IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf

Público

LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

(Pelo advogado/curador/defensor de EVANILDO DA SILVA MAGALHÃES em 21/03/2022 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 79) JUNTADA DE LAUDO (10/03/2022) e ao evento de expedição seq. 81.

SISTEMA CNJ

LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 21/03/2022 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 79) JUNTADA DE LAUDO (10/03/2022) e ao evento de expedição seq. 80.

JOÃO ALVES BARBOSA
FILHO
Procurador

DECORRIDO PRAZO DE PERITO VITOR PARACAT SANTIAGO

(Para Perito VITOR PARACAT SANTIAGO *Referente ao evento (seq. 73) HABILITAÇÃO PROVISÓRIA(21/02/2022) e ao evento de expedição seq. 77.

SISTEMA CNJ

EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Para advogados/curador/defensor de EVANILDO DA SILVA MAGALHÃES com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 79) JUNTADA DE LAUDO (10/03/2022)

KEITIANE DOS SANTOS
PEREIRA
Analista Judiciária

EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 79) JUNTADA DE LAUDO (10/03/2022)

KEITIANE DOS SANTOS
PEREIRA
Analista Judiciária



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RORAINOPOLIS/RR

Processo: 08009753120208230047

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EVANILDO DA SILVA MAGALHAES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexos de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexos causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Verifica-se que não foi acostado aos autos BOLETIM DE PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO na data do acidente.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexos entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexos de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial em razão da ausência de boletim de primeiro atendimento médico, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexos de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RORAINOPOLIS, 5 de abril de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

DIEGO PAULI
858 - OAB/RR